

EDIPUCRS – Coleção Memória das Letras

3-REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (Org.)
**O Despertar de Eva:
gênero e identidade na ficção de língua
portuguesa. 2000, 192p.**

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 - Porto Alegre - RS/BRASIL
www.pucrs.br/edipucrs/
E-mail edipucrs@pucrs.br
Fone/Fax: (51) 320.3523

Repensando a nação: *Breviário das terras do Brasil* e o resgate da nacionalidade

Claudiany Pereira

“É o inverso da tradição bíblica:
é o paraíso no fim”.
(Machado de Assis)

Luiz Antonio de Assis Brasil é escritor brasileiro contemporâneo, autor de treze títulos reverenciados pelo público e pela crítica. Suas obras são freqüentemente temas de teses, dissertações, monografias, artigos, críticas, pelas universidades do Brasil e do Exterior. Integra o número dezoito da *Série Autores Gaúchos*, criada pelo Instituto Estadual do Livro, é objeto de estudo na *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi, desde 1981, no *Pequeno dicionário de literatura do Rio Grande do Sul*, lançado em 1999, em estudos críticos realizados por Antonio Hohlfeldt, Léa Masina, Flávio Loureiro Chaves, Volnyr Santos e Regina Zilberman. No ano em curso, será o escritor mais filmado: *Manhã transfigurada*, *Concerto campestre*, *Videiras de cristal* e *Cães da Província* vão virar produções cinematográficas.

Gaúcho, nascido em Porto Alegre, em 1945, Luiz Antonio de Assis Brasil passou a infância em Estrela, cidade de origem germânica, cuja influência foi determinante para a vida e a obra do escritor. Hoje professor da e Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mantém há 15 anos a Oficina de Criação Literária, criada no segundo semestre de 1985, que já lançou até o presente momento a vigésima-quarta antologia de contos.

Carlos Alexandre Baumgarten, em síntese escrita para integrar o *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*, organizado por Luiz Antonio de Assis Brasil, Maria Eunice Moreira e Regina Zilberman, diz:

Romancista dos mais férteis e festejados da literatura gaúcha contemporânea, inúmeras vezes premiado, no Brasil e no exterior, é autor de uma obra expressiva do que poderíamos chamar de novo romance histórico, cujas marcas principais são: utilização de personagens da história como protagonistas; caráter metaficcional, em que o narrador recorre a comentários e reflexões sobre o próprio relato; natureza intertextual, obrigando a uma leitura da linguagem poética pelo menos como dupla; forma dialógica e irônica assumida pela narrativa.¹

É justamente sobre esse aspecto destacado por Baumgarten que analisamos a obra de Luiz Antonio de Assis Brasil. Ele tanto pode integrar o chamado novo romance histórico, como denomina Seymour Menton, como o romance metaficcional, como classifica Linda Hutcheon, pois, quando nos voltamos à obra desse escritor, invariavelmente, encontramos referências inerentes à cultura e à política de quem habita estas terras: o problema das fronteiras, ou ainda da transposição delas, mas também da recuperação das raízes que fundamentam nosso Estado. Maria da Glória Bordini lembra muito bem na apresentação ao *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul* que a literatura sul-rio-grandense

sensibiliza o país por sua forte identidade e pela circunstância de possuir um sistema que abrange escritores, críticos, acadêmicos, editoras, livrarias e leitores.

Apontando que, se os escritores gaúchos encontram por um lado a dificuldade em ultrapassar as fronteiras do Estado pelo caráter imposto a essa literatura considerada regional; por outro, possuímos um processo auto-sustentável, de mercado e de leitores.

Retomando o percurso de produção de Assis Brasil, observamos que, se no primeiro romance, *Um quarto de légua em quadro* (1976), que focaliza a imigração açoriana na região sul, Assis Brasil hesitava entre a ficção e a verdade, entre a representação do mundo e do homem (o médico que escrevia os fatos de sua vida) e a produção de um mundo específico que é o da arte, entre o homem e o tempo, nos que lhe seguiram vai ao encontro do romance como gênero narrativo paradigmático, erguendo uma obra que desse paradigma assume o fundamental. Nela (a obra), o fundamental transfigura-se pela acumulação da experiência literária intensa, disso resultando uma proposta de estrutura ficcional muito específica, não deixando de lado a pesquisa histórica. Assim, na década

de oitenta, publica sete títulos em que descobre sua particular forma romanesca, proporcionada principalmente pela concepção do tempo. Nos seus romances o tempo da gesta (atitude ativa do herói-sujeito que o narrador quase mais não faz que contemplar, descrevendo) e o da sucessão inexorável (que destrói, mas também transformando, cria) convivem. Dessa conjunção – continuidade temporal e intervenção humana, Assis Brasil extrai uma noção de alteridade que é a proposta de diálogo entre a história e a ficção.

Dos romances publicados na década de oitenta, *A prole do corvo* (1978) e *Bacia das almas* (1981) vêm a complementar a trilogia dos mitos rio-grandenses, dando continuidade a temática e abordagem crítica iniciadas em sua obra inaugural. Retoma, no primeiro, a Revolução Farroupilha e o período compreendido entre a ascensão política de Júlio de Castilhos e a implantação do Estado Novo; no segundo, discute o positivismo sul-rio-grandense.

Manhã transfigurada (1982) e *As virtudes da casa* (1985) mostram novas preocupações do romancista, pois inserem em sua temática a figura feminina e, embora o cenário histórico continue presente, tais obras centram-se na discussão de dramas individuais, nos quais o sujeito é elevado à discussão. Camila, personagem de *Manhã transfigurada*, personifica o preconceito existente com relação à figura feminina, na sociedade novecentista, quando a mulher é vista como propriedade do homem, um ser sem vontade própria. Ao lado disso, emerge outro fator importante, que caracteriza a sua obra, a presença do conflito entre o Velho Mundo e o Novo Mundo.

Em *As virtudes da casa*, ao desestruturar o universo familiar da Estância da Fonte, com a chegada de um naturalista francês ao pampa gaúcho para realizar pesquisas, aponta não só o conflito entre mundo europeu e mundo gaúcho, mas também desvela as raízes de nossa terra, marcadas pelo conservadorismo. É o estrangeiro quem põe em xeque a moral vigente, os dogmas cristãos, os quais são preteridos em benefício do desejo, da vontade do indivíduo. Se, em *Manhã transfigurada* e *As virtudes da casa*, Camila, Micaela e Isabel ganham força e subvertem a ordem instituída, desenvolve, em *O homem amoroso* (1986), um universo intimista, focalizando o drama particular de um músico integrante da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, deixando de lado a recuperação de grandes momentos da história do Rio Grande do Sul. Volta-se, então, para o drama do homem solitário do centro urbano, sem, entretanto, afastar-se do eixo determinante de sua obra que é a relação entre história e ficção. Talvez por isso, não raras críticas tentam encontrar traços autobiográficos nessa novela, por ter sido o escritor também violoncelista da OSPA.

¹ ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. (orgs.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999. p. 117.

Cães da Província (1987) retoma fatos e personagens históricos para compor o cenário ficcional. A fábula desse livro estrutura-se nos assassinatos ocorridos na Rua do Arvoredo, no século XIX, que integram todas as listas de *serial killer* ocorridos no Brasil, e a interdição movida contra Joaquim de Campos Leão – o dramaturgo Qorpo Santo. Por essa obra o autor recebeu o Prêmio Literário Nacional, do Instituto Nacional do Livro (1988). Encerra a década de oitenta com a publicação de *Videiras de cristal* (1990), hoje com direitos autorais cedidos aos cineastas da família Barreto: Luci, Luiz Carlos e Fábio Barreto, para produção do filme até o presente momento intitulado *Jacobina*, nome da personagem que protagoniza o episódio dos *Mucker*, ocorridos em São Leopoldo, no século XIX, início da colonização alemã no Rio Grande do Sul. O episódio histórico serve mais uma vez como mote para revisitar o passado, e desvendar-lhe os meandros que nem sempre a historiografia oficial ousa dizer. É esse romance que vem clarificar as condições teóricas da capacidade que a literatura romanesca de Assis Brasil tem de representar o mundo. Se *Um quarto de légua em quadro*, *A prole do corvo* e *Bacia das almas* baseiam-se em fatos verídicos, de algum modo, em maior ou menor grau, ficcionalizados, porque Assis Brasil compreende que a história é ação e reflexão humanas repassadas pela linguagem, portanto escritas, em *Videiras de cristal*, o romancista, respeitando os fundamentos mais imediatos da verdade histórica, referindo-se ao início da colonização alemã, no Rio Grande do Sul, até certo ponto desvia-se desses ao centrar-se na heroína, uma espécie de modelo, que o narrador erige como representante da saga de alemães que se radicam no Rio Grande do Sul e que ao se entrecruzarem com os brasileiros constituem uma das faces de nosso povo. Destacando os enquadramentos verídicos e os pontos nodais históricos da ação do romance, Assis Brasil efabula mais uma parte da história de nosso Estado, fazendo emergir as contradições do homem europeu que chega à nova terra, a sua vida com os outros e contra os outros, permitindo a formação ideológica do mundo gaúcho e a sua formulação artística em termos de romance. Assim, o episódio histórico serve mais uma vez como mote para revisitar o passado e desvendar-lhe os meandros que nem sempre a historiografia oficial ousa dizer.

Na década de noventa, foi a vez da trilogia *Um castelo no pampa*, integrada por *Perversas famílias* (1992), *Pedra da memória* (1993) e *Os senhores do século* (1994). Segundo Carlos Alexandre Baumgarten,² com essa trilogia "o escritor reconstrói um amplo painel da

² Baumgarten, in Zilberman, op. cit., nota 78, p. 117.

história sul-rio-grandense e brasileira", construindo uma narrativa em que se destaca a admirável capacidade descritiva, a emergência de um narrador que hesita entre as capacidades totais de demiurgo e a cumplicidade com o leitor conjugada ao ritmo romanesco contínuo. Nessa trilogia, é o tempo que, acima de outras perspectivas possíveis da ficção, possibilita a evocação histórica de um espaço determinado, levando-nos a observar o realismo de expressão e de concepção, um concretismo apreensível dos dados do cotidiano da época. Esse jeito de devassar a história, inerente ao processo ficcional de Assis Brasil, é detectado também nos seus livros seguintes, *Anais da Província-Boi*, *Concerto campestre* (1997) e *Breviário das terras do Brasil* (1997).

A busca pelo cenário histórico na obra de Assis Brasil dá-se, primeiro, pelo fato de que o universo ficcional precisa estar centrado em um momento específico da história ou da cultura que está sendo representada; segundo, porque, através desse mesmo recorte histórico, desse revisitar o passado ou da relação presente-passado, é que surge a visão crítica, a reflexão sobre condutas, critérios, valores, práticas realizadas no passado.

Linda Hutcheon destaca como característica para o novo romance histórico, que denomina de metaficção historiográfica, aquele em que está visível a preocupação em rediscutir as relações entre ficção e história, assim como redefinir a própria conceituação de história, como produção humana: "sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (metaficção historiográfica) passa a ser a base para o seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado".³ A autora acrescenta ainda que a metaficção historiográfica atua dentro das convenções, não para negá-las, mas para subvertê-las. A preocupação com o passado histórico, enfatiza Hutcheon, não deve ser vinculada ao recuo nostálgico no tempo, como fizeram os antepassados românticos – essa noção precisa ser superada, e, conseqüentemente, assimilada à possibilidade de retornar ao passado criticamente, como propõe o pós-modernismo, utilizando-se de artifícios como a ironia, a paródia, a auto-reflexividade, auto-referencialidade. Ao afirmar que a história não existe a não ser como texto, a produção pós-modernista não nega a existência da mesma, apenas chama a atenção para importância de se pensar criticamente o passado, uma vez que tal legado chegou até nós através de textos, que são criações humanas, e invariavelmente contribuíram para a forma-

³ Hutcheon, op. cit., nota 34, p. 22.

ção dos mitos históricos hoje existentes. Seguindo em sua exposição sobre a metaficção historiográfica e o pós-moderno, Linda Hutcheon cita Paolo Portoghesi, que diz: "É a perda da memória, e não o culto à memória, que nos fará prisioneiros do passado".⁴ Trabalhando os termos pós-moderno e metaficção historiográfica associados à auto-reflexividade, auto-referencialidade, paródia, ironia, a teórica canadense procura justificar a natureza das relações presente e passado na arte, na cultura e na história. Para ela, o termo não apresenta uma verdade totalizadora e fechada, pois os fatos podem ser vistos de múltiplas visões e perspectivas tanto quanto a historiografia. Se colocarmos ao lado das preocupações de Hutcheon a obra de Luiz Antonio de Assis Brasil, podemos considerá-la metaficção historiográfica, pois, conforme a autora afirma,

aquilo que quero chamar de pós-modernismo na ficção usa e abusa paradoxalmente das convenções do realismo e do modernismo, e o faz com o objetivo de contestar a transparência dessas convenções, de evitar a atenuação das contradições que fazem com que o pós-moderno seja o que é: histórico e metaficcional, contextual e auto-reflexivo, sempre consciente de seu *status* de discurso, de elaboração humana.⁵

O romance de Assis Brasil, seguindo convenções do realismo e do modernismo para de certa maneira contestá-las, torna-se histórico e metaficcional, conforme afirma Carlos Alexandre Baumgarten.⁶ É uma construção literária externamente lúcida e original que se articula sobre uma base cultural extensa e correto manuseio das potencialidades da língua portuguesa. Fiel a um cânone romanesco tradicional que adapta a formulações precisas, configura uma forma romanesca peculiar à qual procura integrar a arte à história, praticando sobre o passado, sobre o presente e sobre projeções do futuro.

José Onofre,⁷ no artigo intitulado "Ovo da serpente tropical: Escritor vai à Inquisição mostrar conformismo brasileiro", faz uma análise das raízes culturais do Brasil para situar o romance *Breviário das terras do Brasil* como aquele que busca rediscutir tais preceitos. Diz o autor sobre a cultura brasileira:

⁴ Hutcheon, op. cit., nota 34, p. 52.

⁵ Hutcheon, op. cit., nota 34, p. 79.

⁶ Baumgarten, in Zilberman, op. cit., nota 78, p. 116-117.

⁷ ONOFRE, José. Ovo da serpente tropical: escritor vai à Inquisição mostrar conformismo brasileiro. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 7 nov. 1997. Caderno Cultura, p. 7.

Países que se julgam com um destino manifesto, como o Brasil, crenças de um futuro escrito nas estrelas, perdem-se na própria metáfora. Problemas concretos, ao evidenciar as dificuldades na rota para o generoso futuro que espera o país, são considerados circunstanciais, devendo desaparecer na caminhada. Um ufanismo que atropela qualquer obstáculo, destituído de razão e juízo, é a base dessas certezas. Mas isto não é uma ideologia, é uma bravata. De fato, os brasileiros não conseguem encontrar motivos para se orgulhar do país, exceto em seus heróis esportivos... O Brasil está com uma cultura pobre e uma arte de má qualidade.

Após concluir seu pensamento sobre o caráter da cultura brasileira, José Onofre destaca o papel do artista em uma sociedade como a nossa, diz ele:

Os artistas nunca aceitaram a idéia de que a função da arte fosse a de reconciliar o homem com seu destino. Sempre consideraram seu trabalho como destinado à libertação do indivíduo de uma prisão cujas barras são a própria religião, o esquema familiar, a desinformação ideológica, o conformismo. A desobediência foi sempre seu principal objetivo. Desobedecer à repressão da família, da religião, do Estado e da própria sociedade, acabando com os mitos que enquadravam os indivíduos de conformidade como grupo, era despertar o indivíduo de sua alienação. Hoje a tarefa é a mesma, mas o objetivo mudou.⁸

José Onofre refere-se a uma mudança nas relações sociais, destacando o fato de que hoje a religião tanto quanto a família encontram-se fragmentadas, acresce a isso a arbitrariedade do Estado brasileiro que:

sob governo autoritário ou democrático, conservador ou reformista, o torna incapaz de romper as barreiras da miséria e integrar o País, eliminando as causas e a marginalidade endêmica.

Na sua explanação sobre a problemática realidade da sociedade brasileira, Onofre destaca que o Estado nunca solucionou os problemas citados ou porque não pode ou porque não quis. Foi, segundo o crítico em questão, buscando a origem desta problemática de exclusão que Luiz Antonio de Assis Brasil pontuou seu décimo terceiro romance *Breviário das terras do Brasil: Uma aventura nos tempos da Inquisição*, permanecendo em seu território – a arte.

⁸ Onofre, op. cit., nota 8.

O personagem escolhido foi Francisco Abiaru, um índio Guarani; o período – século XVIII, o cenário – Rio de Janeiro, o mote – A Inquisição:

Ao contar a vida de Abiaru, Assis Brasil está remontando os primeiros momentos da formação do Estado brasileiro, quando a Igreja tinha um controle absoluto sobre a vida da colônia e de qualquer um que ali vivesse.⁹

A promiscuidade existente no presídio, bem como a arbitrariedade das leis e a capacidade de violência dos guardas, destaca Onofre, não fica em nada a dever aos presídios brasileiros de hoje. A possível vida nas ruas, descrita por Assis Brasil, segundo o mesmo crítico, é portadora de uma miséria antecipadora das favelas. E é pela comparação entre mundo real e universo ficcional que a crítica se centra e se conclui:

Nesta viagem por um suposto momento de vida no Brasil-Colônia, já está incubado o ovo da serpente de país futuro. E esta serpente no paraíso brasileiro é a combinação de pragmatismo e conformismo, na corrupção e no rancor diante do povo miúdo, na subserviência aos graúdos e na brutalidade com os marginais, tudo encimado pela insensibilidade a qualquer manifestação do espírito que não tenha um valor material. O Brasil imaginado não está muito longe do país real, que ainda está precisando entender o que retém, o paralisa e o impede de seguir seu rumo.

Volnyr Santos¹⁰ em artigo escrito para o jornal *O Estado de São Paulo*, intitulado "Personagens sem voz povoam romance-folhetim", datado de 26 de outubro de 1997, destaca que *Breviário das terras do Brasil* vem contribuir para a discussão acerca da colonização brasileira. Sobre a apresentação na forma de folhetim, acrescenta Volnyr:

A narrativa preparada pelo escritor gaúcho utiliza técnicas de um tipo de texto reconhecido como romance-folhetim, o que de nenhum modo diminui sua importância enquanto contribuição criativa. É claro que não são omitidos do texto alguns aspectos canônicos do gênero: à intriga, num ritmo tenso, vão sendo acrescentados incidentes que se desdobram em outras situações similares contínuas, objetivando o desenlace quase sempre compensador.

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ SANTOS, Volnyr. Personagens sem voz povoam romance-folhetim. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 out. 1997. Caderno Especial Domingo, p. 12.

Volnyr Santos reitera que com esse recurso – o romance-folhetim –, Luiz Antonio de Assis Brasil trata de uma temática curiosa que é a presença da Inquisição no Brasil, no século XVIII. Para discutir tal temática não é necessário desvincular-se do campo da arte, pois:

aos olhos da literatura, os mitos, as tradições em sua configuração viva se manifestam simbolicamente, dando ao escritor as condições de ficar muito além dos fatos, sem que isso representa uma deturpação.

O autor ainda destaca, em sua crítica, a formação da sociedade brasileira no século XVIII, lembrando que, nessa sociedade escravocrata, o país tinha suas relações comerciais equilibradas pelo relacionamento entre colonos produtores de açúcar, é que se dá a invasão holandesa e a radicalização do pacto colonial português, fato que gera insatisfação e as primeiras rebeliões da nova terra.

Sem possuir um sistema legislativo próprio, o Brasil precisa sujeitar-se e adaptar-se ao tribunal do Santo Ofício português, que, através da Visitação, julgavam crimes como feitiçaria, bigamia, homossexualismo e heresia. É nesse espaço social, histórico e religioso, diz Volnyr Santos, que se situa a narrativa de Luiz Antonio de Assis Brasil.

Sobre o motivo temático, o crítico sintetiza:

o romance estiliza, não sem uma dose de ironia, o mundo colonial desordenado e dividido do seiscentismo brasileiro, associando à trajetória de um índio guarani, Francisco Abiaru, naufragado no Rio da Prata, à chegada de um visitador inquisitorial no Rio de Janeiro.¹¹

Esse fato, segundo Volnyr, faz com que o texto de Assis Brasil passe a ser lido como uma forma de restauração da cultura, "seja no seu estado espontâneo, seja como reconhecimento de sua sobrevivência, circunstância que o escritor, sensível à denúncia e ao apelo, refaz no seu sentido original". A elaboração da linguagem traz a *Breviário das terras do Brasil* uma expressividade comovente, segundo o autor, contrastante com a rudeza do universo poético popular.

Retomando André Gide, sobre a perpetuação da obra dos grandes mestres, em que considera o defeito ou a imperfeição passíveis de serem reproduzidos por seus discípulos, Volnyr Santos analisa a concepção dos dogmas católicos, apresentados no romance:

¹¹ Santos, *op. cit.*, nota 11.

É provável que Gide tivesse razão. Pensando, no entanto, em Francisco Abiaru, o índio guarani que esculpe o Cristo de olhos puxados, a metáfora vai mais além, porque, se é possível aceitar a hipótese de que o Cristo que a Igreja invoca para justificar a própria ação inquisitorial é ausente de defeitos, é, da mesma forma, plausível a idéia de que essa perfeição é incompatível com o uso que se faz dela. (O processo inquisitório não dava ao réu oportunidade de defesa.) Diante disso, o Cristo-índio representa, assim como o seu criador, o caráter emancipatório das populações ameríndias, porque a sua originalidade recompõe uma cultura em seu estado mais puro.

Não deixando de mencionar a circunstância fantástica que permeia a saga de Francisco Abiaru, Volnyr Santos analisa os "valores éticos" e "outros objetivos estéticos" que podem ser alcançados através da inclusão, na narrativa, de elementos sem voz, todos submetidos aos mesmos conflitos, quais sejam: o desajuste entre a criatura e a sociedade que a rodeia.

O polêmico episódio que encerra a fábula, segundo o autor, é a imagem com a qual Assis Brasil propõe, "ao assumir-se como ilusionista", um fim enigmático, que se revela compensador:

A redenção dos pecadores, assim como o ajustamento do mundo, tanto pode representar a paródia de uma certa realidade social a que recorreremos para podermos dela nos desvincular, quanto a atitude racional que se utiliza da fantasia como agente de uma ambigüidade em que o mundo se diz aparentemente como linguagem.

Luís Bueno,¹¹ em reportagem para o jornal *Folha de São Paulo*, intitulada "Celebração da mestiçagem: *Concerto campestre* e *Breviário das terras do Brasil* criam fusão cultural", veiculada no dia 3 de maio de 1998, em caderno especial, analisa a obra em aspectos semelhantes ao destacados por Volnyr Santos. Não deixando de mencionar, na construção romanesca de Assis Brasil, o imbricamento história e ficção: "é um autor que, escrevendo a partir da História, interessa-se mesmo pela história". Cita, então os exemplos de *Concerto campestre*, e a força da personagem Clara Vitória, e *Breviário das terras do Brasil* e a bravura do índio guarani Francisco Abiaru. O destaque entre as duas obras recai sobre *Breviário* pelo fato de estarmos, segundo Bueno, "mais próximos da 'grande História', colocados diante do poder do Santo Ofício em inícios do século XVIII".

Após resumir a história:

Francisco Abiaru, um índio guarani criado nas Missões, é salvo por um navio português das águas do Rio da Prata, agarrado a uma imagem de Jesus Cristo esculpida por ele mesmo. Os traços indígenas desse Cristo levam um padre que está a bordo a suspeitar de heresia e conduzir o índio ao Rio de Janeiro, para os cárceres da Inquisição,

Luís Bueno discorre, de forma imparcial, sobre os crimes supostamente cometidos contra a Igreja, para centrar-se no julgamento, que segundo ele, caminha para a dissolução da "grande História" a que fomos apresentados, na vida pessoal do Inquisidor, cheio de culpas pelos excessos cometidos no processo do Padre Vieira:

E o que era para ser uma demonstração arbitrária de poder da metrópole acaba se convertendo numa celebração do que há de mais radicalmente próprio à colônia: o elemento marginal (o índio, o negro, o não-europeu) e a mestiçagem.

O mestiço é apontado, tanto em *Breviário* quanto em *Concerto campestre*, como sendo o elemento novo, capaz de iniciar uma nova tradição. "A relação do homem com o idioma e seu eventual esquecimento" é outro ponto que o autor destaca, antes da conclusão do texto, como de fundamental importância para a discussão posta em pauta.

Já Luís Augusto Fischer,¹² em artigo para o jornal *ABC Domingo*, datado de 15 de março de 1998, analisa o *Breviário* sobre aspectos um pouco distintos dos até então sugeridos. Primeiramente, destaca a renovação no estilo narrativo do autor, que se utiliza, segundo Fischer, de "uma linguagem que tem algo da vivacidade e da renovação sintática que José Saramago trouxe para a língua portuguesa de nossos dias".

Fischer destaca, quanto ao mote temático da fábula de *Breviário das terras do Brasil*, o processo da Inquisição como "aquela demência toda que hoje conhecemos bastante bem". Quanto aos personagens, segundo o crítico, "Abiaru segue firme em suas convicções católicas temperadas de jesuitismo". Sobre as outras personagens, o autor destaca Moisés Israel como sendo "uma bela criação", e Mestre Domingos como um "escultor medíocre que se dana do talento de Abiaru". A isso acrescenta "a vocação da narrativa de Assis Brasil para o cinema, e para o cinema do espetáculo especificamente" e conclui:

¹¹ BUENO, Luís. Celebração da mestiçagem: *Concerto campestre* e *Breviário das terras do Brasil* criam fusão cultural. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 maio 1998. Caderno Mais!, p. 5.

¹² FISCHER, Luís Augusto. *Breviário*. *ABC Domingo*. Pesqueiro. Vale dos Sinos. 15 mar. 1998.

O livro é bom de ler, agradável, correto. O final, talvez pela circunstância de ter sido escrito para jornal, apela para uma fantasia que não me soou bom, mas não faz feio, no contexto. Se fosse possível um comentário ideológico da novela, diria que Assis Brasil faz, aqui, a apologia do trabalho missionário dos jesuítas e a acusação da rastaquêrice (se existe essa palavra) da Igreja portuguesa em geral.¹⁴

não deixando de lembrar a condição de bom selvagem atribuída a Francisco Abiaru: "um índio bom, educado, defensor de preceitos relativamente liberais dos jesuítas", conforme, ao menos, a ideologia do escritor Assis Brasil, com quem Fischer diz concordar, nesse aspecto.

Uma breve análise entre as críticas aqui expostas, sobre a obra *Breviário das terras do Brasil*, permite observar que o viés abordado tem sido sempre o resgate ou a aproximação com a formação da identidade cultural brasileira, exceto pelo estudo realizado por Luís Augusto Fischer que se baseia mais em impressões de leitura que propriamente em reconhecer o cunho político-social atribuído à obra em questão.

Segundo Regina Zilberman,¹⁵ a desautorização do relato histórico é uma característica da literatura no Rio Grande do Sul, uma literatura que não desmente seu passado, mas pelas mesmas razões não o endossa de modo passivo. Esse fato reforça a afirmativa de que a preocupação dos escritores é, e tem sido sempre, a de repensar a cultura sob perspectiva crítica e convidar o leitor a reconstituir sua história de forma mais comprometida, refletindo, pela literatura, sobre os erros do passado e ver em que medida eles permanecem presentes entre nós, com que razões, por que motivos. Acrescentados ao fazer literário recursos passíveis ao questionamento desse contexto de transformação político-histórico-social, quais sejam, a fragmentação do discurso (descentralização do poder), a ironia e a paródia (formas de revisitar o passado histórico), a intertextualidade e a auto-referencialidade (formas de discutir o presente-passado), introduz, com veemência, agrupamentos humanos até então afastados de toda e qualquer representação social, seja ela autoritária ou não. Passa-se então a buscar, por diversos meios, a identidade (pessoal e coletiva) oprimida pelos tempos de repressão.

¹⁴ Fischer, op. cit., nota 14.

¹⁵ ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 24.

A fábula narrativa de *Breviário das terras do Brasil: Uma aventura nos tempos da inquisição*,¹⁶ remete-nos à sociedade escravocrata do início do século XVIII, período da Inquisição Portuguesa no Brasil. A partir dessa fábula, surgem diversas questões e uma se impõe de grande interesse aos leitores: por que o escritor escolheu essa temática e esse momento histórico? Qual sua intenção nessa escolha? Tal perspectiva não pretende atrelar pura e simplesmente o relato histórico à lógica da ficção; visa sim, partindo da premissa, discutida por Veyne, de que a história constitui uma narrativa verídica em que o homem é a personagem, proporcionar ao leitor uma compreensão crítica do que seja o plano do autor, ao inscrever na literatura, marcada pelo caráter regional, uma obra que busque redefinir a identidade cultural do povo brasileiro.

Retomando a posição de Simon During,¹⁷ detectamos que, para ele, começa-se a falar em nacionalismo no momento em que há uma definição de Pátria (patriotismo). O momento resgatado por Assis Brasil, em *Breviário das terras do Brasil*, remonta às primeiras rebeliões contra o sistema vigente, fato que permite constatar que se estavam formando as origens do que seria traduzido como uma cultura nacional. Estava sendo delimitada uma fronteira imaginada de compatriotas desejosos de instituir uma cultura própria a qual iria, posteriormente, culminar na delimitação da pátria brasileira. O *Breviário*, portanto, vai ao reencontro dessa identidade. Parte do panorama político-social contemporâneo para encontrar, nas origens da sociedade brasileira, a justificativa para uma identidade cultural ainda tão deficitária. O teórico explica que tanto se pode construir uma nação sólida a partir da identidade definida e delimitada das potencialidades de um país, quanto impedir o seu progresso, persuadindo-o da sua condição de subdesenvolvimento.

Ao inserir o *Breviário* no contexto da inquisição portuguesa no Brasil, Assis Brasil está justamente colocando em xeque a influência que tal procedimento autoritário e limitador pode ter ocasionado na formação da cultura brasileira cujo caráter é, reconhecidamente, tão permissivo quanto submisso e alienador. O contexto sócio-histórico em que está inserida a obra do romancista gaúcho remonta à sociedade do século XVIII, quando Portugal ainda rei-

¹⁶ ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Breviário das terras do Brasil: uma aventura nos tempos da inquisição*. Porto Alegre: L&PM, 1997. Todas as citações utilizadas no corpo do texto foram retiradas dessa edição.

¹⁷ DURING, Simon. *Literature - Nationalism's other? The case for revision*. In: BHABA, Homi. *Nation and narration*. London; New York: Routledge, 1994, p. 138-153.

nava sobre o Brasil, julgando crimes considerados hereges segundo a cultura européia. Os criminosos eram invariavelmente brasileiros, negros e índios, portanto, ex-cêntricos," uma vez que afastados do poder e da sociedade, podendo encontrar-se entre eles um ou outro europeu descontente com o Regime vigente, que costumava, aliás, governar sem opositores.

O narrador relata a espera do julgamento dos crimes cometidos na colônia. É um narrador onisciente intruso," que vai tecendo a imagem de nação e as suas subjetividades, enquanto todos os outros seres integrantes do universo diegético esperam pela sentença final, que deverá ser decretada pelo Visitador. Estruturada em 29 capítulos, todos eles intitulados conforme o mote da história em questão, a narrativa apresenta personagens importantes como: Francisco Abiaru, Moisés Israel, Rainha Hécuba, Mariana Gabriela, Mestre Domingos e O Visitador, que, conduzidas pelo narrador principal, revelam seus diferentes pontos de vista sobre a nação brasileira.

Assim "A tempestade", primeiro capítulo, apresenta a personagem Francisco Abiaru, índio guarani, que, ao atravessar o Rio da Prata, para vender suas esculturas em Buenos Aires, vê-se acometido por uma tempestade, que leva, além de sua produção artística, seu mestre e amigo padre Alonso, um jesuíta. Junto com ele, salva-se também uma única escultura, o seu Cristo (por enquanto) salvador, feito à semelhança da sua nação. "A tempestade" é concomitantemente o capítulo que inicia o livro, *in medias res*, e a metáfora real do que se transformaria a vida de Abiaru, a partir do seu resgate por um navio português.

"No navio", segundo capítulo, Francisco Abiaru, acometido pelo cansaço proveniente da agonia do resgate, é separado do seu Cristo e tratado por um médico que receita quinino. Francisco Abiaru teme por sua vida achando que vai "morrer em mão portuguesa" (p. 15), preferindo morrer ao mar, abraçado ao seu salvador. Já restabelecido dos seus ferimentos, o índio nota a ausência do Cristo, tudo o que sobrou da sua confortável vida nas Missões jesuíticas. Inconformado, Francisco Abiaru reivindica o direito de permanecer com sua escultura. A seqüência do relato que ainda se centra no ponto de vista do indígena Abiaru, encontra-se no capítulo "Um índio é interrogado", quando a personagem conhece as artimanhas da "malévola gente portuguesa" (p. 13), que decide seu

destino sem ao menos explicar-lhe em qual "gravíssimo e português pecado" (p. 27) incorreu. A partir de então e após a sua chegada "No Rio de Janeiro", duas visões distintas de mundo chegam a se definir. Uma, originada da cultura autóctone, pertencente ao mito fundacional da nação brasileira; a outra, proveniente de uma cultura milenar, que se estabeleceu nestas terras, para domesticar a selvagem gente dos trópicos.

O narrador onisciente intruso, que cedera a voz ao índio Abiaru, no desenvolver da narrativa, passa a palavra a diferentes personagens, que darão o testemunho sobre a construção da nação, a partir do seu conhecimento do mundo. O foco dominante centra-se em Francisco Abiaru, personagem que representa os valores comunitários de uma nação em processo de formação da sua identidade cultural. O índio caracteriza-se como herói degradado, que, segundo Lukács²⁰, rompeu com as suas tradições e não consegue enquadrar-se no mundo capitalista, tão carente de valores subjetivos. Nessa sociedade, o que importa são os valores que possuem possibilidade de lucro; fora esses, nada que seja típico do sentimento humano é aceito. Se quisermos estabelecer comparação com outro herói degradado, podemos aproximá-lo de *Dom Quixote*, nesse caso o ameríndio luta para manter sua identidade num mundo tão diverso do seu universo característico. Pensando assim, observamos que, no exato momento da ruptura entre um e outro modo canônico, situa-se Francisco Abiaru, herói que não só representa a totalidade dos componentes da nação composta pela miscigenação racial, mas que, ao mesmo tempo, vê-se compelido a representá-la, uma vez que a gente que nela vive já está fadada ao descaso e à submissão.

O segundo foco narrativo é detectado no capítulo "Moisés Israel". Também essa personagem é condenada pela nação a arrepende-se dos seus "portugueses pecados" (p. 27). Francisco encontra em Moisés Israel um semelhante seu por ser o padre jesuíta, entretanto a única coisa que fugia à sua compreensão era o fato de um judeu, "da raça que matou Cristo" (p. 36), poder ser padre, "e sendo padre como é que o perseguem" (p. 37). Moisés Israel aos poucos vai orientando o índio sobre como funciona a terra brasileira segundo sua visão, esclarecendo:

Coisas muito veladas, como uma poderosa e intrincada Ordem acima de qualquer ordem, odiada e temida, que julga, prende e mata e é dirigida ninguém sabe como e que se dedica a manter a pureza da fé, e que todos na Colônia portuguesa querem mais é destruir, sen-

¹⁸ Usamos o termo ex-cêntrico conforme grafia e aceção defendida pela teórica canadense Linda Hutcheon.

¹⁹ Tacca, op. cit., nota 65.

²⁰ LUKÁCS, Georg. *Teoria do romance*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Presença, s.d.

do ela entretanto indestrutível como o Demônio, tudo vê tudo ouve enxerga e que tem familiares (nome tão enganosamente suave) por todos os lados cuja função é delatar suspeitos e que tem mais poder que o Rei, e cujo nome todos tremem de pavor e que leva o cáldio nome de Santo Ofício ou mais vulgarmente Inquisição. (p. 36)

Esse é o primeiro momento da narrativa em que os acontecimentos vão sendo nominados, e a nação delineada em seus contornos mais sórdidos, tão diferente da cultura original de Abiaru, onde não havia o vício da delação: "nas missões cada um se entregava a si mesmo ao padre" (p. 59). Moisés Israel exerce a função de organizador dos fatos e sintetizador da tensão crescente da narrativa, própria do estilo folhetinesco, uma vez que relata a Francisco seu destino (e dele mesmo, Vasco Antônio) que em nada difere dos demais membros da nação:

E, com menor santidade mas padecendo igual, estão também aqui recolhidos gentes de todo o feitio, feiticeiros, mulheres de má vida, ladrões, blasfemadores, sodomitas, inventores de máquinas, padres amancebados que dizem que o comércio carnal não é pecado, judeus ainda não convertidos, muçulmanos que estiram seus tapetes ao solo e oram a Maomé, negros que não abandonam seus deuses da África, hereges de Calvino, João Huss e Lutero, e adivinhadores do futuro, tudo gente recolhida por essas ruas e matos (p. 38).

Os hereges da nação eram os que afirmavam o direito de ter sua própria identidade e livre-arbítrio. Moisés Israel estava entre eles, porque se afirmava como judeu e não se mostrava disposto a trair seus princípios. *Assentior contra me dictis* deveria pronunciar diante dos tribunais do Santo Ofício para reverter sua pena, no entanto alega que jamais repetirá essa sentença, preferindo manter-se fiel à sua identidade. Esta consciência político-religiosa está presente também em Francisco Abiaru, que defende suas convicções ainda que tenha de pagar um alto preço por elas. Politização oriunda certamente da educação que faltava à maioria do povo, numa proposta talvez de mostrar que a libertação se dá também e principalmente pela linguagem, pela educação. Observa-se no texto que a preocupação dos inquisidores estava mais voltada à fabricação de pecados, do que com a instrução dos povos:

Antes sacrificar-se um cristão do que pôr em risco as investigações; de resto, um cristão, quando sofre, dedica os sofrimentos à purgação dos pecados; se for considerado culpado no processo a prisão era pois necessária; se for apurada a falta de culpa a alma saiu ganhando com a penitência. Como você vê, não há mal nenhum nisso (p. 87).

A interpretação do texto bíblico, com quem a narrativa mantém constante diálogo, mostra-se propícia à massificação e consequente domesticação da comunidade imaginada. O discurso apresenta-se de forma autoritária, pois, para endossar tal perspectiva, existia o poder religioso, pregando a existência de um Deus que vigia e pune tudo o que foge ao cânone europeu de conduta moral. Essa perspectiva retoma a visão de Benedict Anderson²¹ sobre a influência exercida pelas comunidades religiosas e os reinos dinásticos na formação da nação. Sua influência se justifica pelo fato de terem representado durante um longo período temporal o único sistema político imaginável, em que, num primeiro plano, reinava o papa, em segundo plano, o rei. O alcance dessa doutrina às comunidades era realizado, via linguagem, através dos párocos e da recorrência aos textos sacros, uma vez que poucos cidadãos eram instruídos. Se um povo mantém-se subjugado aos desmandos do regime autoritário e concomitante temente a ele, então ele estará permanentemente sob controle.

Nos capítulos, "Pactos com o demônio" e "Rainha Hécuba", Francisco Abiaru é apresentado à cultura afro-brasileira e a suas entidades sobrenaturais. Hécuba, personagem de Eurípedes, a rainha sem coroa que, por vingar a morte dos filhos mortos traiçoeiramente, foi condenada a viver como uma cadela de alma errante, é resgatada da mitologia ocidental, para justificar o padecimento da raça negra nestas terras do Brasil. Podemos caracterizá-la como Mãe África que se entrega aos carinhos de qualquer um para esquecer "a prole dizimada".

Alimã, entidade invocada por Rainha Hécuba, para esclarecer o destino de Francisco Abiaru, semelhante ao de toda gente que cai nestas terras, diz-lhe:

Longo é o teu caminho nesta colônia, índio, mil perigos te esperam, mil bocas te acusarão, mil braços te prenderão, tudo te quer agarrar e prender e matar. Vieste para a Colônia mais pobre e triste da terra, onde o que se planta morre antes de que a semente estoure a vida, onde os homens são misteriosos e tristes, e esquecem pai e mãe e querem antes de mais nada encher seus bolsos de ouro, onde príncipes falam no bem do povo e obram em seu próprio bem, uma terra sem concerto nem destino, chamada antes de Santa Cruz mas por obra de meu senhor perdeu esse nome para ganhar o de braseiro, brasil, lugar de chamas e vermelho de calor. Aqui não agem as leis da natureza, que foram pervertidas, terra onde um rei é rei por pouco tempo, porque lhe tiram a coroa e trocam ele por um comandante

²¹ Anderson, op. cit., nota 3.

de praças-fortes que ajunta sua gente e só querem gozar a vida, enriquecendo os seus nem que para isso tenham de atormentar e matar em valhacoutos perdidos que ninguém sabe onde ficam. Bem infeliz é quem venha cair na mão desse povo. (p. 69)

Assis Brasil recorre não só à mitologia greco-latina, mas também aos mitos fundadores da nação, resgatando as raças originais representadas por Francisco Abiaru (indígena), Rainha Hécuba (africana) e o Visitador (europeu). Os mitos originam-se da necessidade de justificar algo que foge à compreensão humana, e apontam para uma primitividade original, anterior à contagem do tempo histórico.²² É dentro dessa perspectiva que o autor do *Breviário* tenta buscar uma explicação para o massacre sofrido pelas culturas africana e indígena, partindo do princípio da organização social brasileira.

No capítulo "Mestre Domingos", o foco narrativo é cedido a personagem homônima, que fala em primeira pessoa, numa demonstração da sua vaidade excessiva, representando uma face obscura da nação, qual seja, a prática servil e alienadora aos modelos preestabelecidos. Sua conduta é a de total reprodução do cânone, comportamento que se acaba refletindo em sua arte, pela total ausência de gênio criador. Mestre Domingos não reflete sobre a problemática social da nação, mas tem consigo bem delineado um perfil da diferenciação racial que dele emerge:

Os mais escuros encaminham ao torno e às lavraturas modestas: pés de mesas, fundos de armários e bases de colunas, ali onde a vista não chega. Os mulatos, porque nas veias lhes corre algum sangue aproveitável, esses podem aspirar coisa melhor, as costas, ou mesmo as fímbrias caprichosas das túnicas, ou ainda, se formem sagazes, o pormenor de um rosário. Aos brancos, pode-se revelar alguns mistérios da composição, explicar-lhes algo das proporções e dos cânones, eis que sabem tudo repetir sem erro ou extravagância: olham para o Patriarca recém-feito, louvando a limpidez do perfil de reto nariz e as mãos deliciosamente desenhadas; já os mulatos abismam-se com os planejamentos ornamentais; o resto maravilha-se com todo o conjunto que induz à devoção mais piedosa. (p. 75)

Mestre Domingos é personificação da massa que crê sem questionar, é o produto mais eficaz oriundo de um regime autoritário. Na contra visão desse comportamento emblemático, encontra-se Petrus Cornélius, no capítulo "O holandês voador tem seus

²² ZILBERMAN, Regina. *Do mito ao romance: tipologia da ficção brasileira contemporânea*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977. p. 137.

planos". O holandês quer voar para Mauriztaad e restituir o poder de Maurício de Nassau. Segundo a visão do europeu, Mauriztaad representaria um paraíso terrestre, onde não haverá tristeza nem portugueses. Parece-se muito com a visão difundida na Europa de éden tropical.

Na seqüência do texto, o capítulo "Uma Graciosa Figura" apresenta o foco narrativo centrado em Mariana Gabriela, cujo sobrenome Furtado de Mendonça faz referência explícita à família do primeiro Visitador a terras brasileiras, nomeado pela Inquisição Portuguesa, em 1591, Heitor Furtado de Mendonça. Doutor Clemente José de Matos, tio-avô de Mariana Gabriela, veio ao Brasil representando o processo inquisitorial, e acabou afeiçoando-se à gente brasileira e reagindo aos maus tratos sofridos pelo povo. Ela, tanto quanto o tio, não concorda com as atrocidades cometidas pelo Santo Ofício, no Brasil, as quais são reveladas com mais clareza nos capítulos "Os remorsos do Visitador" e o "Visitador na Bahia", no qual o foco narrativo, em primeira pessoa, é destinado a contar os dramas de consciência do Visitador pelos excessos cometidos no processo do Padre Vieira. Pela fala dessa personagem, observamos como se forjavam provas nos processos da Inquisição e como o Santo Ofício estava presente na vida da comunidade, "farejando trilhas de suspeita, encarcerando e queimando a todos sobre os quais se levantasse a mais leve suspeita, estimulando que pais delatassem filhos... enfim, que a presença do Santo Ofício se transformasse em um espectro onipresente e irresistível" (p. 128).

Podemos observar que, na quase totalidade dos focos narrativos, a imagem de nação corrobora a visão de Babilônia dos trópicos, descrita por Abiaru, um lugar "onde se prende o ser, sem saber por que, e se solta pelos mesmos motivos ignorados" (p. 61).

Discutindo, em o *Breviário*, os inúmeros processos sócio-políticos pelos quais passou nossa nação, é possível observar que a condição de colônia foi determinante para o empobrecimento da cultura hoje reconhecida apenas pelo carnaval, futebol e muito atualmente pelo cinema brasileiro. Enfim, uma cultura que não apresenta tradição a não ser para o *jeitinho brasileiro* "um singular modo de não conduzir nada a sério e todos tirarem algum lucro" (p. 38). Esses questionamentos nos levam a pensar se o Brasil, justamente por ter de corresponder às expectativas do povo europeu sobre a função de paraíso terrestre, originalmente teve sua cultura predeterminada, diferentemente de outras nações. Na verdade, a cultura brasileira ainda não deixou de representar a mesma ingenuidade do passado, ingenuidade mais fruto da pressão que do

descaso. Por isso, talvez, Assis Brasil tente mostrar a soberania do índio sobre as demais culturas miscigenadas, pois ele era fruto dos ensinamentos jesuítos, educação que, numerosas vezes, o autor defende no decorrer da narrativa. Se a educação é a forma mais eficaz de politizar um povo, a nação imaginada por Assis Brasil não está muito longe da nação real brasileira, uma vez que, guardadas as devidas proporções, a educação e a cultura estão cada vez mais desviadas para um âmbito de difícil compreensão, voltada para valores tão questionáveis quanto efêmeros; no entanto, cada vez mais afetam o imaginário popular como elemento oriundo de uma cultura artificialmente programada para não ser senão o que realmente é.

A solução para o problema, encontrada por Assis Brasil, foi a de colocar um europeu visionário e um índio a voar em busca da liberdade, voar através da realização do sonho, da aplicação da educação e da criatividade, afinal as mazelas da nação serviram para estimular a imaginação do holandês voador que, inconformado com o local em que vivia, quer partir dessas terras em busca de um futuro mais promissor.

Quem garante que o final imaginado por Assis Brasil não é o fruto do sonho não só do holandês voador ou do índio, mas de todos aqueles inconformados com os rumos da nação? A busca de uma nova nação que possa ser construída com justiça social, continua sendo, ainda hoje, fruto do sonho e da imaginação coletivos. Entretanto a visão que temos do Brasil como terra do futuro em que "sempre se está esperando alguma coisa" (p. 38), delega, para depois, as transformações sociais que deveriam dissolver-se desde já.

A imagem de nação que, pouco a pouco, vai sendo delineada no romance, revela muito das práticas vigentes, ainda hoje, em nossa sociedade. Revela-se uma nação corrupta, onde para tudo tem-se um jeito e existe injustificadamente privilégios para uns e privações para outros (Francisco Abiaru); uma nação que desprezita os princípios mais subjetivos da conduta humana, formado por ordens consagradas indestrutíveis (Moisés Israel); uma nação dogmática, por que as ordens existem para serem cumpridas, ainda que os critérios de diferenciação entre quem cumpre e quem obedece sejam traçados por características raciais (Mestre Domingos); uma nação arbitrária em que as mulheres são mais castigadas que os homens, e invariavelmente todos sofrem ao cair nas malhas da inquisição (Mariana Gabriela); uma nação fruto de uma cultura atormentada pelos desmandos do poder, onde a corrupção, o ex-

cesso e o abuso contra os direitos humanos já virou instituição (Visitador). Todos os focos narrativos, de uma ou outra forma, corroboram a imagem que Francisco Abiaru teve das terras do Brasil assim que desembarcou no Rio de Janeiro:

Olha ao redor: de fedores inundada, triste em sua miséria e esplendor, a Babilônia apresenta-se espalhando espinhas de peixe e casca de banana nas lajes do cais, negros coçando suas pústulas encostados às paredes, dignitários de fardões verdes e suarentos a passar lenços encardidos nas testas, escravas fritando bolos em banha rancosa, mulheres seminuas agarradas a homens perdidos, mulatos que vendem água, cavalos largando bosta sob os narizes das autoridades que às vezes assomam alagados em suor às sacadas do Largo do Carmo, carruagens abafadas que transportam donas brancas como leite a abanarem-se com leques multicoloridos, padres estáticos a olharem cães e cadelas fornicando no furor do cio, a podre, degenerada e bíblica cidade: nem isso consegue dissipar o fascínio pela abjeta beleza da Urbe implantada entre morros azuis e praias volúveis onde se espetam que se desenhadas palmeiras arriando seu ramos ao mormaço que impregna o ar vadio e indolente com uma languidez que lembra passivos gestos de mulher prenhe. (p. 29)

A representação de nação expressa em *Breviário*, ratifica o caráter libertador associado às artes, e à literatura em particular. O final do romance tangencia o fantástico, revelando-o como prolongamento necessário ou fundamentação essencial da natureza da história. A inserção de um fenômeno insólito, no mais normal do cotidiano do século XVIII, leva a uma construção positiva da crença no homem e no futuro, de correção possível de um erro para maior esclarecimento ulterior do mundo. Transgredindo as normas e destruindo as amarras impostas pelo sistema, o indivíduo estará rompendo com o poder instituído da comunidade religiosa, do reino dinástico (Benedict Anderson) e dos mitos intrínsecos na formação de toda e qualquer identidade cultural. A sugestão do autor de embarcar num ultraleve, um índio e um europeu visionário, certamente não soluciona os problemas da nação, mas indubitavelmente remete à reflexão sobre o caráter conformista típico da cultura brasileira, impulsionando a subversão à ordem como a grande virtude.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Breviário das terras do Brasil: uma aventura nos tempos da Inquisição*. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- DURING, Simon. Literature – Nationalism's other? The case for revision. In: BHABA, Homi. *Nation and narration*. London; New York: Routledge, 1994. (138-153).
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. História, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LUKÁCS, Georg. *Teoria do romance*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Editorial Presença, s.d.
- TACCA, Oscar. *As vozes do romance*. Coimbra: Almedina, s.d.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.